

MARILIA MONTENEGRO

Aníbal, Carolinas e Marias

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA
CONTRA A MULHER E
ALTERNATIVAS PENAIS.

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2026

Sumário

Prefácio	XIII
Atravessada pelo campo	1
Capítulo I - Os professores de Direito Penal e o Sistema Prisional: um resgate do Professor Aníbal Bruno	5
1.1 Aníbal Bruno para além da unidade prisional.....	7
1.2 Os antecedentes do Presídio Aníbal Bruno: a Casa de Detenção do Recife.....	10
1.3 A homenagem póstuma ao Professor Aníbal Bruno.....	13
Capítulo II - É possível falar em alternativas?	21
2.1 A chegada e os significados da Suspensão Condicional da Pena (<i>Sursis</i>).....	22
2.2 A Reforma da Parte Geral em 1984	25
2.3 A ampliação dos crimes e das formas de punição	27
2.4 A Lei dos Juizados Especiais Criminais	34
2.4.1 A Conciliação	41
2.4.2 A Transação Penal	47
2.4.3 A Suspensão Condicional do Processo.....	51
2.5 As promessas e as contradições: o alcance real das alternativas penais nos Juizados.....	54
Capítulo III - Entre “acordos” e “pacotes”: “em busca das alternativas perdidas”	59
3.1 Da audiência de custódia ao Acordo de Não Persecução Penal: a chegada do “Pacote Anticrime”	59
3.2 A mais nova alternativa penal	65
3.3 Diálogos sobre a aplicação do ANPP.....	70

Capítulo IV - A trajetória das alternativas penais na violência doméstica: da Delegacia da Mulher ao Juizado de Violência Doméstica.....	85
4.1 Primeiras institucionalizações e disputas por reconhecimento	87
4.2.A chegada dos Juizados Especiais Criminais e a reconfiguração dos conflitos domésticos.....	94
4.2.1 “Doutor, o problema é quando ele bebe”	97
4.2.2 “A separação é a minha solução”	98
4.2.3 “Diga, para o doutor e para a Justiça, que não vai mais fazer isso!”	99
4.2.4 “Se ele for preso quem vai pagar a pensão alimentícia dos meus filhos?”.....	99
4.2.5 Últimas reflexões sobre os Juizados Criminais	101
4.3 Entre Avanços e Tensões: o que muda com a Lei Maria da Penha.....	102
4.3.1 “Maria da Penha chegou”	103
4.3.2 “Invadindo a sala de audiências”	104
4.3.3 “A culpa é toda minha”	106
4.3.4 Primeiras reflexões sobre o Juizado da Mulher	109
Capítulo V - Entre a construção jurisprudencial da Lei Maria da Penha e os achados do campo	111
5.1 O julgamento da ADC 19 e da ADI 4424 pelo Supremo Tribunal Federal.....	111
5.2 A pesquisa nacional sobre a aplicação da Lei Maria da Penha	117
5.2.1 Perfil das mulheres que chegam aos Juizados ou Varas de Violência Doméstica	118
5.2.2 Da pesquisa: metodologia e impactos	120
5.2.3 Dos dados.....	121
5.2.4 Das escutas.....	122
5.3 Da violência doméstica ao trabalho doméstico.....	131
5.4. Entre novos crimes e pacotes.....	133

Capítulo VI - O não lugar das alternativas penais no contexto da Lei Maria da Penha	139
6.1 As histórias que encontrei e as perguntas que permanecem	140
6.2 Entre a vítima e a ré: a convergência das Leis 11.340 e 11.343	142
6.3 Ainda os achados sobre as pesquisas em violência doméstica.....	147
6.4 É possível falar em alternativas?	155
Nota Final	163
Referências Bibliográficas	169